



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª )  
 PERGUNTA Número 1617 / x ( 3ª )

Expeça-se
Publique-se
3 JUL 2008
O Secretário da Mesa

Assunto: **Subida das taxas de juro pelo Banco Central Europeu**

Destinatário: Ministro da Economia e Inovação

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República,

1. A medida que o BCE hoje tomou de subida da taxa de referência de 0,25 pp terá de imediato impacto na subida das taxas de juro dos empréstimos às famílias e às empresas. Quer umas quer outras já extremamente endividadas - 129% do rendimento disponível as famílias e 114% do PIB as empresas - vão sofrer novos agravamentos nos seus níveis de endividamento, com as subidas das taxas de juro dos empréstimos que contraíram para comprarem a casa onde vivem ou para comprarem a máquina que necessitavam na sua empresa para melhorar e aumentar a produção. Registe-se que esta é a nona subida da taxa de referência do Banco Central Europeu desde Dezembro de 2005, altura em que esta taxa subiu de 2% para 2,25%. Em dois anos e meio esta taxa tão só quase que duplicou. De destacar ainda que esta subida das taxas de juro provocará inevitavelmente uma valorização cambial do euro em relação às outras moedas parceiras (dólar, yen, libra, etc.), o que fará com que as nossas exportações fiquem mais caras e as importações mais baratas. Desta forma a tendência que se vinha verificando desde o 1º trimestre de 2007 de maior ritmo de crescimento das nossas importações e menor crescimento das exportações acentuar-se-á, o que levará a que já em 2008 a procura externa líquida (crescimento das exportações menos crescimento das importações) tenha um contributo negativo para o crescimento do PIB.



2. O Primeiro-Ministro José Sócrates na sua entrevista ontem e sabendo que hoje iria ser anunciada nova subida nas taxas de referência do Banco Central Europeu, anunciou benefícios fiscais para as famílias endividadas de mais baixos rendimentos com o recebimento do IRS de 2008, curiosamente a partir de Junho de 2009, mesmo em cima dos próximos actos eleitorais. Isto é, às cerca de 1 400 mil famílias que já hoje enfrentam enormes dificuldades no pagamento das prestações mensais com o seu empréstimo para 1ª habitação e que nos próximos meses irão sofrer novos aumentos nas suas prestações mensais decorrentes da decisão que o BCE hoje tomou, o que o Primeiro-Ministro tem a oferecer são umas migalhas de descontos para algumas famílias de mais baixos rendimentos nos escalões de IRS daqui a um ano. Infelizmente nessa altura e a este ritmo teremos mais uns milhares de famílias portuguesas sobreendividadas, sem possibilidade de pagar a sua prestação mensal da casa e em risco de serem submetidas a uma operação de despejo a mando do seu banco credor.

3. O Primeiro-Ministro mete a cabeça na areia e recusa-se a tomar a medida que a curto prazo teria um verdadeiro impacto sobre a situação financeira destas famílias. A fixação de uma taxa de juro máxima admitida para o crédito à habitação própria permanente nos empréstimos concedidos e a conceder pela CGD, igual à taxa de referência do crédito bonificado fixada pelo Governo para vigorar neste 2º semestre de 2008, 5,428%. Note-se que esta taxa é formada com base na Euribor a seis meses (4,928%), mais um spread (margem de lucro) do banco de 0,5 pontos percentuais. Com esta medida o Banco do Estado exerceria o papel de regulador do mercado bancário que lhe é exigido e forçaria os outros bancos a segui-lo, sob pena de verem os seus clientes transferirem os seus empréstimos à habitação para a CGD, situação que a legislação actual permite sem quaisquer encargos acrescidos para as famílias.

4. O Primeiro-Ministro continua a recusar ver o verdadeiro escândalo que constituem os lucros



fabulosos que o sistema bancário vem acumulando nos últimos anos á custa da degradação da situação financeira das famílias e das empresas. Só nos últimos 4 anos (de 2004 a 2007) os lucros do sistema bancário cresceram 155,4%, atingindo em 2007 de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal os 4, 467 mil milhões de euros.

5. O Primeiro-Ministro e Governo mantêm a sua tradicional passividade e cumplicidade perante as decisões do Banco Central Europeu como se elas não tivessem graves implicações para o país. Não há uma crítica, uma exigência, um protesto perante um decisão em que mais uma vez – como todos os analistas reconhecem - Portugal é um dos país mais prejudicados dado o seu elevado nível de endividamento e dada a sua enorme dependência do mercado externo.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministro das Finanças e da Administração Pública, sejam respondidas as seguintes perguntas:

1-Sendo há muito conhecido o anúncio hoje tornado público, que medidas tomou o Governo e particularmente o Ministro das Finanças junto dos Órgãos da União Europeia para travar uma decisão do BCE que tão gravemente fere os interesses nacionais?

2-Qual foi a posição do Banco de Portugal junto do BCE sobre a matéria? Que diálogo aconteceu da parte do Governo junto do seu Governador para impedir a decisão que agora foi tomada?

3-Que medidas vão ser tomadas pelo Governo para impedir o novo agravamento da prestação mensal de milhares de famílias pelos empréstimos contraídos para habitação? Que razões podem explicar a não tomada de uma medida como a que o PCP propôs e que acima se



PCP 

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

recorda?

4-Que medidas vai tomar o Ministro da Economia para atenuar o novo agravamento dos encargos das micro, pequenas e médias empresas com o serviço de dívida?

Palácio de S. Bento, 3 de Julho de 2008

Agostinho Lopes

Deputado

Honório Novo

Deputado